



**MEIO AMBIENTE /** Mortes do jornalista inglês e do ambientalista brasileiro mostraram a brutalidade que enfrentam os protetores da Amazônia. Defensores da região e autoridades dizem ao **Correio** que riscos, ameaças e medo persistem

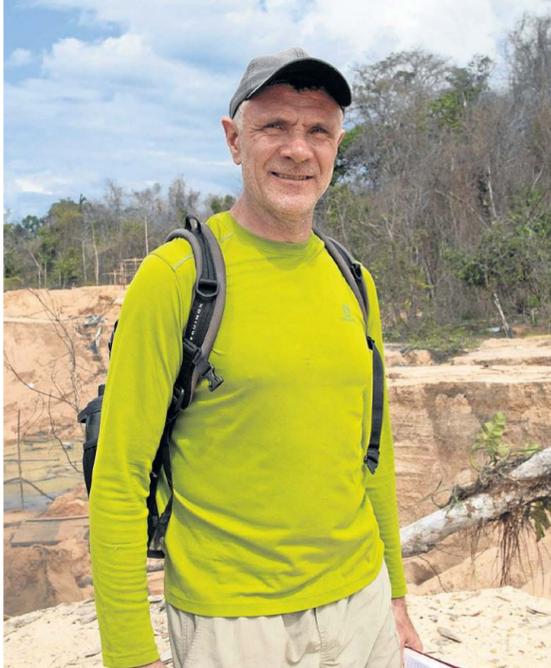
# Dois anos com a falta de Phillips e Bruno

» ANDREA MALCHER  
» VITÓRIA TORRES\*

O assassinato do indigenista brasileiro Bruno Pereira — que era especialista em povos originários que vivem em isolamento no território nacional — e do jornalista inglês Dom Phillips completa, hoje, dois anos. Nesta data, que coincide com o Dia Mundial do Meio Ambiente, ambos perderam a vida na reserva indígena Vale do Javari, no oeste do Amazonas. De acordo com declarações à Polícia Federal feitas por Amarildo da Costa Oliveira — um dos acusados de envolvimento no crime — as mortes ocorreram porque as duas vítimas desafiavam interesses ilícitos de grupos da região que devastam a floresta. Foi comprovado, por exemplo, que Pereira recebia ameaças de madeireiros, garimpeiros e de pescadores ilegais. O **Correio** entrou em contato com 12 ambientalistas para saber o que enfrenta quem se dedica à proteção da Amazônia. A maioria se recusou a falar por medo de retaliações.

O analista ambiental do Instituto Chico Mendes, João Madeira, contou que muitas atividades que põem em risco a fauna e a flora da região são realizadas por alguns integrantes de setores com poder econômico e político. “Há muita violência contra ambientalistas no Brasil, sobretudo quando atrapalham planos de poderosos, que podem ser ligados a empresas do

Reprodução/Redes Sociais



Dom Phillips mostrava para o mundo os abusos contra a floresta

agronegócio, da mineração ou de atividades explicitamente ilegais, como tráfico de madeira, grilagem de terras, por vezes, atualmente, com participação do crime organizado”, acusou.

O Brasil teve destaque nos assassinatos de ambientalistas na última década. Segundo dados da *Global Witness* — que monitora

esses crimes —, entre 2012 e 2021, das 1.733 mortes registradas globalmente, 342 ocorreram no país, quase 20% do total.

“No Brasil, quando alguém se levanta contra algo que prejudica o ambiente ou sua comunidade, é automaticamente ameaçado e perseguido até a morte”, lamentou o ativista ambiental Luis Martínez.

Beto Marubo



Bruno Pereira incomodava os que exploram a mata ilegalmente

## Intimidação

A afirmação de Martínez encontra comprovação no caso do jornalista João Paulo Guimarães. Ele disse haver sofrido atos de intimidação e violência, após a publicação de materiais para veículos de imprensa em que denunciou abusos contra a

natureza na região norte.

“Eu fui ameaçado de morte. Mandaram foto da minha filha e mensagens dizendo ‘vai morrer’. É uma ameaça real. O risco existe. Às vezes tenho que escolher entre fazer uma matéria para ajudar uma comunidade (amazônica) ou passar esse tempo em segurança com a minha filha”, revelou.

Guimarães acusou que a situação é mais grave em áreas remotas devido a uma menor presença do Estado. “Em Manaus é uma coisa, no meio da mata é outra. (Na floresta) há garimpo e extrativismo ilegal, tráfico de drogas, desmatamento, incentivo às queimadas, o corte ilegal da madeira”, denunciou.

## Proteção

A deputada federal Célia Xakriabá (PSol-MG) disse que boa parte das vítimas, por enfrentarem esses problemas há séculos, são os povos indígenas. Isso, segundo ela, justifica a resistência dos povos indígenas em sua luta pela demarcação de terras em benefício do futuro brasileiro. “Somos a principal fronteira para que a destruição não chegue com tanta força”, ressaltou.

De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, esforços estão sendo intensificados para proteger defensores ambientais, comunicadores e demais pessoas empenhadas e assegurar os direitos humanos em áreas amazônicas em risco.

A pasta explicou, por nota, que as ameaças não se limitam à integridade física dos ameaçados. Elas incluem a criminalização e desqualificação do trabalho que elas realizam, uma das principais agressões às ações que desempenham.

\* **Estagiários sob a supervisão de Manuel Martínez**

Diogo Zacarias/MMAMC



Marina: “A gente foi ensinada que os recursos naturais são infinitos”

## Governo terá plano para crises do clima

» HENRIQUE FREGONASSI\*

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, anunciou, ontem, que o governo federal lançará um plano nacional para enfrentamento de emergências climáticas. Ela fez a declaração durante um pronunciamento em rede nacional.

“Estamos concluindo a atualização da Estratégia Nacional de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima e lançaremos um Plano Nacional para o Enfrentamento da Emergência Climática. Focado,

principalmente, nos municípios e áreas de maior risco, o plano vai estruturar a capacidade do governo para lidar com o pré-desastre, fortalecendo ações de análise de risco, prevenção e preparação”, explicou.

A titular da pasta do Meio Ambiente garantiu que o tema da mudança do clima vem sendo tratado de forma prioritária por todos os setores e áreas do governo. Ela destacou que essa é uma orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, segundo Marina, estabeleceu o compromisso de

desmatamento zero em todos os biomas nacionais.

## Conscientização

Horas antes, no Senado Federal, a ministra participou da sessão especial pelos 25 anos da Política Nacional de Educação Ambiental. Durante o evento, que antecedeu o Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado hoje, ela disse ser preciso mudar a mentalidade de que os recursos naturais são “infinitos” e de que “a história é feita somente de progressos”.

“A gente foi ensinada (na escola e em casa) que os recursos naturais são praticamente infinitos. Fomos educados no velho modelo, que ainda é o que está aqui a nos causar tantos problemas, inclusive o que estamos vivendo no Rio Grande do Sul, e tantos outros de desigualdade”, lamentou.

Marina disse que os educadores ambientais têm um árduo desafio junto às crianças afetadas pela tragédia gaúcha. E que eles colaboram para melhorar a consciência ambiental da população.

ALEXANDRE GARCIA



CONTINUARÁ O SUPREMO A SE CONTRAPOR À VONTADE DA MAIORIA DOS REPRESENTANTES DO POVO?

## Difícil entender

A cada semana cresce a minha dificuldade de entender certas decisões judiciais. Não creio que seja pela idade porque ela contribui com mais experiência, somada à curiosidade essencial ao jornalismo. Há pouco, um ministro do Supremo suspendeu, por liminar, duas leis municipais que proíbem o uso do artigo neutro em escolas locais. Outro, suspendeu lei estadual no mesmo sentido. Ambos ministros alegam que houve inconstitucionalidade. Mas o artigo 13 da Constituição estabelece que a língua do Brasil

é o Português — e a língua portuguesa não tem gênero neutro, mas masculino e feminino. Além disso, o art. 24 IX diz que União, Estados e Municípios legislam concorrentemente sobre educação. Penso que perderam a chance de defender a língua, que é um dos fatores da nacionalidade. Língua corrompida, nação enfraquecida.

Vejo também que a OAB pretende arguir inconstitucionalidade a uma decisão reiterada e maciça do primeiro dos poderes, o Legislativo, que proibiu saidinhas por 366 votos

de deputados e senadores que derrubaram veto presidencial. Continuará o Supremo a se contrapor à vontade da maioria dos representantes do povo? Um ministro do STF disse, nos autos de um processo sobre saidinha de um condenado mineiro, que a lei não vigora retroativamente para prejudicar. Sim, isso está no artigo 5º, inciso XL, mas se refere à lei penal, substantiva. A saidinha é questão processual, adjetiva, com o juiz de execuções penais. O condenado que tiver saidinha na Páscoa não tem direito adquirido para sair

no Natal; precisa ter bom comportamento. Além disso, a sentença de prisão não vem acompanhada de “com direito a saidinhas”. A não retroatividade apenas funciona para que os que já gozaram de saidinhas não sejam acrescentados em suas penas, dos dias festivos em que estiveram livres.

Outra questão difícil de entender é a da assistolia fetal — um eufemismo para assassinar feto de mais de cinco meses de gestação, quando já está formado e pode sobreviver como prematuro. Acima de 21 semanas e 500 gramas, é feticídio. Um ministro, também com liminar, suspendeu proibição do Conselho Federal de Medicina de matar,

com injeção de cloreto de potássio no coração, o feto resultante de estupro que tiver mais de 22 meses de gestação. A lei permite a retirada do feto em casos de anencefalia, perigo de vida para a mãe ou estupro. Mas num estupro que foi há cinco meses, não faz sentido. O artigo 5º da Constituição estabelece o direito à vida no caput, e no inciso XLVII que não haverá pena de morte; e o 2º artigo do Código Civil garante os direitos do nascituro desde a concepção. A Igreja diz que o homem e a mulher que criam uma vida, criam também uma alma que jamais irá morrer. É o Supremo que decide algo tão grande quanto a vida? Não seria mais sensato

entregar a decisão de matar ou não um ser indefeso aos representantes diretos do povo?

Por fim, fico sem entender uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo. A Corte derrubou lei da Câmara de Mairiporã, que proíbe banheiro comum em escolas, isto é, uma instalação sanitária que pode misturar meninos e meninas, que chamam de banheiro “neutro” — na verdade deveria ser chamado de misto. Um conveniente ponto de encontro — ou lugar potencial de assédio. Imagino que quem decidiu isso não tem filhas, netas ou sobrinhas em escolas de Mairiporã. E que não conhece a vontade da maioria do povo, origem do poder.